



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639189 - AP (2021/0005511-1)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : **AROLDO JEFFERSON BEZERRA CARDOSO E OUTROS**
ADVOGADOS : **ANTONIO AUGUSTO COSTA SOARES - AP001612**
 AROLDO JEFFERSON BEZERRA CARDOSO - AP003370
 MARINA ELVIRA DA COSTA PIMENTEL - AP004716
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ**
PACIENTE : **G Á DA S P**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ**

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de G. Á. DA S. P. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ (HC n. 0004430-39.2020.8.03.0000).

O paciente está preso preventivamente pela suposta prática do delito do art. 217-A do Código Penal (estupro de vulnerável).

Nesta via, o impetrante sustenta que a custódia cautelar foi decretada sem amparo em fundamentação idônea, uma vez que não estão presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal e não foi realizada a audiência de custódia.

Aduz, ainda, que o crescimento acelerado da pandemia de covid-19 justificaria a revogação da constrição cautelar para proteger a integridade física do recorrente e diminuir as consequências advindas de eventual contágio pelo vírus.

Discorre sobre os riscos de infecção no cárcere e argumenta que o réu encontra-se em grave situação de risco, visto que é idoso e possui hipertensão e hiperplasia prostática, preenchendo os requisitos para ser beneficiado com a prisão domiciliar, nos termos da Recomendação CNJ n. 62/2020

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para revogar a custódia preventiva, ainda que com a imposição de outras medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, ou, subsidiariamente, para que seja concedida a prisão domiciliar humanitária.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

Com relação à alegada ausência de fundamentação idônea da prisão preventiva, em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade do *decisum* que manteve a segregação cautelar do paciente, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fl. 25):

Por fim, referente aos alegados problemas de saúde o paciente este egrégio Tribunal, em atenção a orientação da jurisprudência do STJ, apresenta julgados rígidos acerca da concessão de prisão domiciliar, em especial de pacientes com enfermidades que possam ter tratamento ambulatorial ministrado no Instituto prisional. Leia-se.

[...]

Pois bem. A hipertensão possui tratamento clínico. E quanto à hiperplasia prostática - popularmente conhecida como aumento da próstata, mesmo com indicação de intervenção cirúrgica não é incompatível com tratamento fornecido pelo IAPEN, o menos num exame preliminar. E após a cirurgia, ao ser liberado, o paciente pode se recuperar na instituição prisional.

Já em relação à idade, o artigo 318, I do Código de Processo Penal indica a prisão domiciliar para os maiores de 80 (oitenta) anos, não se adequando ao paciente que conta com 66 (sessenta e seis) anos.

Em face do exposto, denego a ordem.

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente